



SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DO INTERLEGIS – SINTER
SERVIÇO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – SCCO

DIRETORIA GERAL ADJUNTA
PROTOCOLO ADMINISTRATIVO



Brasília, 13 de dezembro de 2012.

Ao SEPROT:

Solicito de Vossa Senhoria a adoção das providências necessárias para autuar o documento anexo em processo e devolver a esta SCCO/ Interlegis/SF.

EMENTA: Formalização do convênio de participação da Câmara Municipal de BOA VISTA - RR no Projeto de Modernização Legislativa – PML.

Atenciosamente,

JOSÉ ADOLFO SILVA SOUSA
Chefe do Serviço de Contratos e Convênios



Ilmo. Senhor
JORGE BATISTA NUNES
Chefe do SEPROT
Senado Federal

Edifício Interlegis, Anexo E, Senado Federal, Via N2, 70.165-900 – Brasília -DF
Tel: (61)3303-2599 Fax: (61)3303-2710 www.interlegis.leg.br

SEPROT / DGERAD / SARG	
AUTUADO COM	10 FLS.
ASS:	



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis – SINTER
Serviço de Contratos e Convênios – SCCO
Via N2 Anexo E do Senado Federal – Brasília DF Fone: 3303 2599



Ofício Circular nº 261 - 2012 /SCCO/SSADM/SINTER

Brasília, 12 de dezembro de 2012.

Excelentíssimo Senhor
Vereador **BRAZ ASSIS BEHNCK**
Presidente da Câmara Municipal de BOA VISTA - RR.



Assunto: **Convênio**

Senhor Presidente,

1. Tenho a honra de encaminhar uma via do Convênio celebrado entre o INTERLEGIS e esta Câmara, bem como cópia da Publicação do Extrato de Convênio no Diário Oficial da União.

Respeitosamente,

Haroldo Feitosa Tajra
Diretor da Secretaria Especial do Interlegis – SINTER



SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE

EXTRATOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo: 01104412-8. Modalidade: Inexigibilidade de licitação. Objeto: Prestação de serviços médicos complementares no diagnóstico. Vigência: 60 (sessenta) meses consecutivos, a contar da data da assinatura do contrato. Valor anual estimado: R\$ 47.800,00. Valor global estimado: R\$ 2.868.000,00. Circunscrita: Diagnóstico Clínica de Imagem Médica. Fundamento Legal: "Isqul" do art. 23, da Lei 8.666/93. Revisto/validado por: Denis Marlon Romário Pinheiro, Diretor-Geral do Sistema Integrado de Saúde. Ratificado por: Senador Maria Saphy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, Presidente do Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde.

1ª SECRETARIA

EXTRATOS DE CONVÊNIO

ESPÉCIE: Convênio nº. RR - 3012012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial de Inteligência e o Senado Federal Orgão Executor do Programa Inteligência II e a Câmara Municipal de BUA VISTA - RR. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Inteligência II, MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 5º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 11/12/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTRE - Itens: Sr. Senador Cleoz Lacerda - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador RRAZ ASSIS BERNICE, Presidente da Câmara Municipal de BUA VISTA - RR.

ESPÉCIE: Convênio nº. PI - 3012012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial de Inteligência e o Senado Federal Orgão Executor do Programa Inteligência II e a Câmara Municipal de DORMENTES - PI. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Inteligência II, MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 5º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 11/12/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTRE - Itens: Sr. Senador Cleoz Lacerda - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador DORMELVAL XAVIER DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de DORMENTES - PI.

ESPÉCIE: Convênio nº. RR - 2982012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial de Inteligência e o Senado Federal Orgão Executor do Programa Inteligência II e a Câmara Municipal de CACARAI - RR. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Inteligência II, MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 5º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 11/12/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTRE - Itens: Sr. Senador Cleoz Lacerda - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador DORMELVAL XAVIER DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de CACARAI - RR.

ESPÉCIE: Convênio nº. PI - 3012012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial de Inteligência e o Senado Federal Orgão Executor do Programa Inteligência II e a Câmara Municipal de PIROLINA - PE. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Inteligência II, MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 5º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 11/12/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTRE - Itens: Sr. Senador Cleoz Lacerda - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereadora MARIA ELENA DE ALENCAR, Presidente da Câmara Municipal de PIROLINA - PE.

ESPÉCIE: Convênio nº. RR - 2892012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial de Inteligência e o Senado Federal Orgão Executor do Programa Inteligência II e a Câmara Municipal de BONFIM - RR. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Inteligência II, MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 5º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 11/12/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTRE - Itens: Sr. Senador Cleoz Lacerda - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador GENNER DANTAS MONTENHO, Presidente da Câmara Municipal de BONFIM - RR.

ESPÉCIE: Convênio nº. PI - 3012012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial de Inteligência e o Senado Federal Orgão Executor do Programa Inteligência II e a Câmara Municipal de SALGUEIRO - PE. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Inteligência II, MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 5º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 11/12/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTRE - Itens: Sr. Senador Cleoz Lacerda - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador MÁRCIO NEMÉSIO NOGUEIRA ALVES, Presidente da Câmara Municipal de SALGUEIRO - PE.

ESPÉCIE: Convênio nº. MT - 3002012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial de Inteligência e o Senado Federal Orgão Executor do Programa Inteligência II e a Câmara Municipal de CACERES - MT. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Inteligência II, MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 5º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 11/12/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTRE - Itens: Sr. Senador Cleoz Lacerda - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador ANTÔNIO SALVADOR DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de CACERES - MT.

ESPÉCIE: Convênio nº. AC - 3042012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial de Inteligência e o Senado Federal Orgão Executor do Programa Inteligência II e a Câmara Municipal de CRUZERO DO SUL - AC. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Inteligência II, MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 5º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 11/12/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTRE - Itens: Sr. Senador Cleoz Lacerda - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador ROMÁRIO TAVARIS DAVILA, Presidente da Câmara Municipal de CRUZERO DO SUL - AC.

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
SECRETARIA

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

4º Termo Aditivo ao Contrato n. 1802010 celebrado entre o STF e a empresa Paulista Serviços de Transportes Ltda. (Processo 341.053). Objeto: Atualizar o quantitativo de horas para o novo período de vigência contratual e prorrogar o ajuste. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Assinatura/Vigência: 09/12/2012; Prorrogação: 04/01/2013. Assinava: Pelo STF, Sr. Fernando Silveira Casagrande - Diretor-Geral; pela Contratada, Sr. Aloisio Bezerra Alencar Junior.

5º Termo Aditivo ao Contrato n. 1802009 celebrado entre o STF e a empresa Diálogos Administração, Serviços e Obras Ltda. (Processo 130.553). Objeto: Alterar a redação da alínea "a" da Cláusula Oitava, alterar a notação da Cláusula Terceira, reatuar o Contrato, alterar o valor das encargos sociais e prorrogar a vigência do Contrato, com a consequente atualização das horas e valores salariais. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Assinatura/Vigência: 01/12/2012. Assinava: Pelo STF, Sr. Fernando Silveira Casagrande - Diretor-Geral; pela Contratada, Sr. Edison Martins de Almeida.

AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 1322012 - UASC 040001

Nº Processo: 349507. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de engenharia para manutenção preventiva, paliativa e corretiva de máquinas, equipamentos, sistemas condicionadores de ar e instalações elétricas. Total de Itens Listados: 00001. Edital: 12/12/2012 de 10h00 às 17h59. Endereço: Praça Dos Três Poderes - Ed. Sede - 2. Andar Páteo Páteo - BRASILIA - DF. Entrega dos Propostos: a partir de 12/12/2012 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura dos Propostos: 23/12/2012 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Edital disponível nos sites www.stf.gov.br e www.comprasnet.gov.br ou no CEP, no custo de R\$ 0,10 por folha.

CEZAR AUGUSTO BARROS GADELHA
Preposto

(SINDC - 11/12/2012) 040001-00001-2012N000012

PREGÃO Nº 3012012 - UASC 040001

Nº Processo: 350303. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de seguro total para a flota do veículo do STF. Total de Itens Listados: 00001. Edital: 12/12/2012 de 09h00 às 17h59. Endereço: Praça Dos Três Poderes - Ed. Sede - 2. Andar BRASILIA - DF. Entrega dos Propostos: a partir de 12/12/2012 de 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura dos Propostos: 23/12/2012 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Edital disponível nos sites www.stf.gov.br e www.comprasnet.gov.br.

VIRGINIA DE OLIVEIRA DANTAS
Preposta

(SINDC - 11/12/2012) 040001-00001-2012N000012

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONCURRENCIA Nº 00011

A Comissão Permanente de Licitação do STF comunica que na Concursação nº 04/2012 - permitida de uso de área, equipamentos e instalações próprias do Supremo Tribunal Federal - STF, necessitadas à exploração dos serviços de restaurante e lanchonete, com fornecimento de lanches e refeições das tipos autorizados e buffet (serviço institucional), que decidiu pela classificação das empresas no seguinte ordem: 1ª) BACELAR NOGUEIRA LTDA.; 2ª) TAIORA SELF-SERVICE LTDA.; 3ª) KALEYRAS BURET SELF SERVICE & LANCHONETE LTDA.; 4ª) CENTRAL PARK RESTAURANTE E EVENTOS LTDA.; 5ª) CRISTAL SERVIÇOS GERAIS ALIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA.; e em 6ª) GLAUCIA DOS SANTOS REB, por atendimento às exigências editalícias. Ficando declarado vencedor a empresa BACELAR NOGUEIRA LTDA, pelo valor de R\$ 102.300,00. Brasília, 11 de dezembro de 2012.

MARCELLO DOS SANTOS LOPES
Presidente da Comissão
Nacional

(SINDC - 11/12/2012) 040001-00001-2012N000011

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n. 25/2012 celebrado entre o CNJ e a empresa CLARO S.A. CNPJ 40.432.544/0001-47. Processo: 345.434. Objeto: assigurar a empresa CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, como executora na prestação dos serviços, em substituição à empresa AMFERCEL S.A., CNPJ nº 07.285.905/0001-36, a partir de 1º de novembro de 2012, tendo em vista a extinção parcial desta, contendo todos os termos, cláusulas e obrigações vinculadas à exploração do SMP, que foram incorporadas à CLARO S.A., em decorrência da exigência legal da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93. Data da Assinatura: 10/12/2012. Vigência: a contar de sua assinatura. Signatários: pelo CNJ, Miguel Arragón Fuenzalida de Campos - Diretor-Geral; pela Contratada, Luciano Luis Motta Neto e Ricardo Cesar de Oliveira - Procuradores.

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Conselho Nacional de Justiça torna público o Aviso de Registro de Preços, resultado do Pregão Eletrônico n. 25/2012, conforme Ata de Registro de Preços n. 22/2012 e Processo Administrativo 345.322. Objeto: aquisição de quadros brancos. Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93. SLIM Comércio Importação e Exportação Ltda-SP, CNPJ 12.146.390/0001-40. Valor: R\$ 2.495,50. Data da Assinatura: 10/12/2012. Vigência: 09/12/2012. Signatários: pelo CNJ, Miguel Arragón Fuenzalida de Campos - Diretor-Geral; pelo Fornecedor, Luis de Castro Silva - Sício-Cerente.

MIGUEL AUGUSTO FERREIRA DE CAMPOS
Diretor-GeralRESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 303912

O Pregão do CNJ comunica que no Pregão Eletrônico n. 30/2012 - Registro de preços de mobiliário - declarou vencedora as seguintes empresas: PROMISSO MOVENS PARA ESCRITÓRIO LTDA - ME, CNPJ 08.613.803/0001-09, Grupo 1; LUIZ DA SILVA COMERCIO E INDUSTRIA DE MOVENS LTDA - ME, CNPJ 01.265.681/0001-43, GRUPO 2; TECNOCOMMO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ 21.300.207/0001-52, Item 1; SANTA TEREZINHA INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVENS LTDA - ITP, CNPJ 04.641.303/0001-47, Item 10.

RAUL MACHADO GAMA

(SINDC - 11/12/2012) 040001-00001-2012N000015

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
SECRETARIA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato TSE nº 1322012, firmado entre a Tribunal Superior Eleitoral e a empresa DO MANS IMOBILIAR e Comércio do Pague Lado. OBJETO: Prestação de serviços de disseminação, distribuição, manutenção, controle a cópias e aplicação e guarda nas dependências do TSE, FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93 e 18.320/2002. VIGÊNCIA: A partir da publicação no DOU e duração de 12 (doze) meses. ASSINATURA: 10/12/2012. ASSINAM: Aklécio Dias de Silva, Diretor-Geral pelo TSE, e Romualdo José Canabarro, Sócio, pela Contratada. PA nº 5.834/2012.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER



CONVÊNIO DE PARTICIPAÇÃO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA - RR
NO PROGRAMA INTERLEGIS / PROJETO
DE MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA -
PML.

CONVÊNIO: RR Nº ~~279~~ INTERLEGIS / PROJETO DE MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA -
PML

O SENADO FEDERAL, com sede no Palácio do Congresso Nacional – Praça dos Três Poderes, em Brasília – DF, CEP 70.165-900, atuando como ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA INTERLEGIS, doravante denominado ÓRGÃO EXECUTOR, à vista da sucessão promovida, e em conformidade com os termos do Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR, celebrado entre a REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID, em 11 de dezembro de 2007, para implementação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, da Secretaria Especial do Interlegis - SINTER, Ato da Comissão Diretora nº 08, de 2005, neste ato representado pelo Diretor Nacional do PROGRAMA INTERLEGIS, Senador CÍCERO LUCENA, e a CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA - RR, doravante denominada CASA LEGISLATIVA, com sede Av. Capitão Enc Garcez, nº 992 – SÃO FRANCISCO - RR – CEP: 69301-160, CNPJ: 05.959.77/0001-80 representada por seu Presidente, Vereador **BRAZ ASSIS BEHNCK**, resolvem celebrar o presente Convênio, regendo-se pela Lei n.º 8.666/93 e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto estabelecer e regular a participação da CASA LEGISLATIVA na implementação do PROGRAMA INTERLEGIS / Projeto de Modernização Legislativa - PML, para estímulo à promoção das funções constitucionais do Poder Legislativo, com execução por esforço e interesse comuns dos convenientes, em conformidade com os termos do Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR – Interlegis.



§ 1º São finalidades deste Termo:

- I- promover a operacionalização da COMUNIDADE VIRTUAL DO PODER LEGISLATIVO;
- II- promover o intercâmbio, a permuta e a cessão de técnicas, conhecimentos, programas e, eventualmente, de equipamentos entre os convenientes, aumentando a eficiência e competência das Casas Legislativas;
- III- estimular a produção, captação e disseminação de informação de interesse dos legisladores brasileiros, de forma a democratizar o acesso às informações necessárias ao desempenho de suas funções;
- IV- estimular e promover a participação cidadã nos processos legislativos;
- V- promover a consolidação e a validação dos modelos de integração e modernização desenvolvidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS / Projeto de Modernização Legislativa - PML.

§ 2º É parte integrante deste Convênio as normas e regulamentação do PROGRAMA INTERLEGIS estabelecidas pelo Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR, bem como as respectivas modificações que vierem a ser promovidas, observado o disposto na Cláusula das Disposições Especiais do mencionado Contrato de Empréstimo.

§ 3º Poderão ser elaborados e desenvolvidos pelos convenientes, em conjunto, planos e projetos específicos vinculados ao objeto do PROGRAMA INTERLEGIS/ Projeto de Modernização Legislativa - PML, com formalização prévia em Termos Aditivos a este Convênio.

§ 4º Toda ação ou atividade, e equipamento se houver, necessário à implementação do objeto deste Termo, que não estiver descrito nos ANEXOS correspondentes, dedicados às especificações e detalhamentos, serão formalizados por meio de Termo Aditivo a este Convênio, observada a natureza do objeto estabelecido na Cláusula Primeira.



CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA

São atribuições do ÓRGÃO EXECUTOR:

- I- disponibilizar à CASA LEGISLATIVA, de acordo com a necessidade e viabilidade técnica, os bens destinados à utilização no PROGRAMA INTERLEGIS, observando a CLÁUSULA QUARTA e os ANEXOS deste Convênio;
- II- desenvolver e implementar ações conjuntas de interesse comum da CASA LEGISLATIVA e do PROGRAMA INTERLEGIS, voltadas para a modernização, com melhoria da comunicação e do fluxo de informação entre os legisladores;
- III- tratar das obrigações previstas no Contrato de Empréstimo n.º 1864/OC-BR, a partir de informações fornecidas pela CASA LEGISLATIVA;
- IV- manter atualizados os sistemas em meio eletrônico disponibilizados pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, propiciando melhoria no trato com o processo de modernização para a Casa Legislativa;
- V- viabilizar os meios técnicos, entendidos como modelos de integração, capacitação e modernização nas áreas de informática e comunicação, para que a CASA LEGISLATIVA possa tornar disponíveis, informações vinculadas ao seu processo legislativo, à sua prestação de contas e outras informações de interesse do cidadão;

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DA CASA LEGISLATIVA

São atribuições da CASA LEGISLATIVA:

- I- disseminar e divulgar, no âmbito da sua estrutura organizacional, a existência do presente Convênio e em especial o que estabelece a Cláusula Primeira e respectivos Parágrafos;
- II- providenciar a instalação e manutenção dos sistemas e aplicativos descritos nos anexos, e o pessoal necessário à sua operação;



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER

- III- informar a todos os usuários credenciados sobre as normas de utilização estabelecidas para o uso dos sistemas e aplicativos, do conteúdo de informações e mensagens enviadas e recebidas pelos meios disponibilizados pelo PROGRAMA INTERLEGIS;
- IV- disponibilizar e manter a infraestrutura para instalação de equipamentos eventualmente disponibilizados pelo ÓRGÃO EXECUTOR, nos termos da CLÁUSULA QUARTA, e zelar pela guarda, administração, correta utilização e manutenção das condições de garantia desses bens, conforme detalhamentos definidos em ANEXO específico;
- V- indicar SERVIDOR RESPONSÁVEL para as verificações de execução das cláusulas celebradas neste Termo;
- VI- informar a todos os usuários credenciados sobre o cumprimento das normas e procedimentos definidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, e respectiva legislação específica, divulgando-os;
- VII- garantir os meios necessários à utilização dos programas e ferramentas disponibilizadas pelo PROGRAMA INTERLEGIS, para execução do Projeto de Modernização Legislativa - PML;
- VIII- promover a inclusão, a exclusão e a atualização das informações do cadastro de usuários e direitos de acesso aos serviços oferecidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS;
- IX- impedir a instalação e o uso indevido de programas, que não disponham de autorização contratual ou legal, nos equipamentos eventualmente fornecidos pelo ÓRGÃO EXECUTOR para a implementação do PROGRAMA INTERLEGIS.
- X- incentivar o uso dos sistemas e aplicativos para o desenvolvimento dos processos da CASA LEGISLATIVA, assim como tornar disponível, quando for o caso, suas soluções para utilização por outros membros da Comunidade.



CLÁUSULA QUARTA - DOS BENS COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA CASA LEGISLATIVA

Os sistemas e aplicativos, bem como os equipamentos eventualmente disponibilizados para a Casa Legislativa, têm respaldo nas normas do PROGRAMA INTERLEGIS, com o escopo de implementar o objeto deste Convênio, estando relacionados e descritos nos ANEXOS.

§ 1º Os bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS estão destinados para o uso único e exclusivo na Sede da Casa Legislativa.

§ 2º As destinações finais dos bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS, e recebidos pela Casa Legislativa, estão diretamente vinculados ao cumprimento das obrigações celebradas neste Termo, com a finalidade de atender as atividades de implementação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML.

§ 3º Todos os bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS, e disponibilizados para a implementação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, serão considerados remanescentes, e poderão ser destinados à incorporação patrimonial da Casa Legislativa.

§ 4º Para a possível efetivação do que expressa o Parágrafo Terceiro, a Casa Legislativa, após observância de todos os compromissos dispostos neste Termo, emitirá compromisso que assegura a continuidade do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, como condição prévia à definição da doação a ser efetivada pela Comissão Diretora do Senado Federal.

§ 5º A responsabilidade por despesas ocasionadas pelos serviços de ligação da internet e correlatos por inferência ficam a cargo da CASA LEGISLATIVA, inclusive, a partir do término do período de garantia de origem dos bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS.

§ 6º A CASA LEGISLATIVA deverá designar e comunicar formalmente ao ÓRGÃO EXECUTOR o servidor responsável pelo recebimento e administração de bens eventualmente relacionados e descritos



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER

nos ANEXOS, a serem instalados pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML - com verificação do Manual de Recebimento e Instalação - ANEXO.

§ 7º O recebimento dos referidos bens, quando houver, será formalizado mediante assinatura de Termo de Aceite e Responsabilidade - ANEXO, por representante da CASA LEGISLATIVA no ato da instalação.

§ 8º São de exclusiva responsabilidade da CASA LEGISLATIVA os danos que vierem a ocorrer por imperícia ou imprudência do pessoal designado para utilização dos programas, acervo de dados e equipamentos, eventualmente disponibilizados, inclusive aqueles decorrentes de procedimentos que impliquem a perda da garantia dos mesmos.

§ 9º Durante o período de garantia de origem dos equipamentos eventualmente disponibilizados, as manutenções assim previstas deverão ser realizadas única e exclusivamente pela empresa fornecedora/credenciada conforme contrato de origem.

§ 10 A manutenção corretiva, quando necessária, será solicitada pela CASA LEGISLATIVA, conforme normas e procedimentos definidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto Piloto de Modernização - PML.

§ 11 Após o período de garantia de origem dos equipamentos eventualmente disponibilizados, a manutenção do seu funcionamento fica sob a responsabilidade da CASA LEGISLATIVA, para garantir a continuidade do previsto na Cláusula Primeira.

§ 12 Em caso de roubo, furto, substituição indevida ou sinistro de algum equipamento ou componente, a CASA LEGISLATIVA compromete-se a instalar outro com características e configuração iguais ou superiores ao original, além de adotar as medidas administrativas e legais cabíveis, inclusive enviando relatório e comprovações dos fatos ocorridos e das providências realizadas.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER



CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Não há previsão de transferência de recursos financeiros entre os Convenentes.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio entrará em vigor na data de sua assinatura, com prazo de vigência coincidente com a duração do PROGRAMA INTERLEGIS.

Parágrafo Único. Havendo prorrogação de vigência do PROGRAMA INTERLEGIS, haverá celebração de Termo Aditivo ou novo Termo de Convênio, conforme os respectivos atos que originarem a mencionada definição de vigência, com o objetivo de não interromper a implementação integral do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

A rescisão do presente Convênio poderá se dar:

- I- amigavelmente, por iniciativa de qualquer dos convenentes, mediante notificação escrita enviada com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência;
- II- pelo não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste Convênio, em especial quanto à finalidade e utilização dos programas e equipamentos eventualmente disponibilizados, ou pela inobservância das prescrições legais, mediante notificação de um dos convenentes, assegurado ao outro o direito de ampla defesa;
- III- judicialmente, nos termos da legislação específica para o fato gerador.

§ 1º Em quaisquer das hipóteses de rescisão do Convênio ou em caso de não prorrogação, os equipamentos eventualmente disponibilizados, programas e investimentos fornecidos e realizados pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, devem ser devolvidos pela CASA LEGISLATIVA, no prazo de 30 (trinta) dias.



CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

São de inteira responsabilidade da CASA LEGISLATIVA:

- I- a manutenção de situação regular que permita a implantação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, na forma estabelecida;
- II- as conseqüências legais advindas da instalação ou uso de programas de informática que não disponham de autorização legal ou contratual;
- III- as informações, o conteúdo das páginas internet e mensagens eletrônicas provenientes dos equipamentos eventualmente instalados na CASA LEGISLATIVA.

§ 1º O nome da Secretaria Especial do PROGRAMA INTERLEGIS – SINTER, não poderão ser vinculados a qualquer outro fato ou ato distinto do objeto deste Convênio.

§ 2º Os casos omissos deste Convênio serão solucionados mediante entendimento entre os convenentes e as adequações necessárias, formalizadas em Termos Aditivos.

§ 3º É parte integrante deste Convênio, independentemente de transcrição, o Plano Diretor/Plano de Trabalho decorrentes do relatório de DIAGNÓSTICO previamente realizado pelo ÓRGÃO EXECUTOR.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Convênio será publicado pelo ÓRGÃO EXECUTOR, em forma resumida, no Diário Oficial da União.



CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica estabelecido o foro da Justiça Federal em Brasília para dirimir qualquer questão porventura suscitada em decorrência deste Convênio.

E, por estarem de acordo, os convenientes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só fim, juntamente com as testemunhas.

Brasília, 11 de Dezembro de 2012.

Senador CÍCERO LUCENA
Diretor Nacional do
PROGRAMA INTERLEGIS

Vereador BRAZ ASSIS BEHNCK
Presidente da Câmara Municipal de BOA VISTA - RR

HAROLDO FEITOSA TAJRA
Diretor da Secretaria Especial do
Interlegis - SINTER

Representante da CASA LEGISLATIVA
Câmara Municipal de BOA VISTA - RR

(carimbo)
ODALENE THOMÉ DANTAS
Diretora Geral - CMBV

Testemunhas:

Relação de Anexos:

- I - Plano Diretor/Plano de Trabalho
- II - Relação e descrição de Programas/Aplicativos



Plano de Trabalho Câmara Municipal de BOA VISTA - RR

1. Introdução

O presente Plano de Trabalho é resultado da visita técnica situacional realizada na sede da Câmara Municipal de BOA VISTA - RR.

Este plano constitui parte integrante e indissociável do convênio realizado entre a Câmara Municipal de BOA VISTA - RR e a Secretaria Especial do Programa Interlegis do Senado Federal – SINTER.

2. O Projeto de Modernização Legislativa

A Câmara Municipal de BOA VISTA - RR, doravante denominada CM, faz parte do Projeto de Modernização Legislativa (PML) de responsabilidade do Interlegis. O PML prevê o desencadeamento de ações voltadas para as áreas de gestão, tecnologia, informação, comunicação e capacitação em 700 câmaras municipais selecionadas conforme critérios definidos para este desiderato no contrato mantido entre o Senado Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Diante da dificuldade da definição de “moderno” ou “padrão” para uma CM legislativa municipal, valeu-se o Interlegis de um modelo de maturidade que prevê quatro estágios de desenvolvimento, denominados níveis de maturidade: nível I – Infra-estrutura implantada, nível II – E-legislativo implantado, nível III – E – legislativo integrado e nível IV – Gestão do conhecimento planejado.

O objetivo do PML é desencadear ações que conduzam as câmaras municipais participantes a atingir progressivamente estes níveis.

3. Objetivo do Plano de Trabalho

Implantar processo de modernização tecnológica, abrangente em termos organizacionais, por intermédio do aporte de sistemas informatizados fornecidos pelo Programa Interlegis, de um programa de capacitação e de consultoria nas áreas de Gestão, de Métodos e Processos, de forma a se alcançar o nível I do Modelo de Maturidade – Infra-estrutura Implantada, que significa a certificação de uma infra-estrutura que possibilitará o desenvolvimento e execução de forma eficiente, eficaz e efetiva das funções legislativas.



4. Compromissos

Para a consecução dos objetivos propostos o Programa Interlegis e a Câmara Municipal de BOA VISTA - RR assumem os seguintes compromissos:

4.1 Programa Interlegis

- Fornecer consultoria nas áreas de equipamentos, sistemas e redes tecnológicas;
- Prestar suporte para a atualização da rede local e servidores;
- Fornecer treinamento operacional para os parlamentares e funcionários que utilizarão os novos sistemas;
- Oferecer aos parlamentares e funcionários da Câmara Municipal, cursos a distância e presenciais, de acordo com as necessidades detectadas e possibilidades operacionais da SINTER;
- Prestar suporte técnico na revisão e atualização do Regimento Interno e da Lei Orgânica do Município;
- Prestar suporte técnico na elaboração de Plano de Comunicação;
- Prestar suporte técnico na organização da Biblioteca Legislativa;
- Prestar suporte técnico na organização do arquivo da Casa Legislativa;
- Oferecer, dentro do período do convênio, proposta anual de atualização deste Plano de Trabalho para negociação e aprovação da CM.

4.2 Câmara Municipal de BOA VISTA - RR

- Fazer a indicação formal, com garantia de informação imediata quando de eventual substituição, dos interlocutores técnicos da Câmara Municipal em cada um dos projetos e ações do Programa Interlegis elencados no item 4.1;
- Fazer a adequação do corpo funcional da Câmara à nova realidade tecnológica;
- Fazer a digitalização de toda a documentação referente à produção legislativa;
- Fornecer garantia de sustentabilidade do projeto, durante a sua execução;
- Fornecer ao Interlegis, quando solicitado, toda e qualquer informação relacionada ao desenvolvimento do projeto;
- Garantir a inscrição dos funcionários da CM em pelo menos dois cursos oferecidos pelo Interlegis a cada ano;
- Garantir aos funcionários da CM condições adequadas para a realização dos cursos a que se refere o item anterior;



- Aprovar, após negociação com a equipe da SINTER, dentro do período do convênio, proposta anual de atualização deste plano de trabalho.

5. Prazo de Execução

O período inicial estimado para a implantação e execução deste Plano de Trabalho é de 12 meses, renováveis automaticamente no período de vigência deste convênio.

Ao final de cada período de 12 meses uma equipe do Interlegis realizará procedimento de avaliação dos resultados alcançados. Em função destes resultados a CM de BOA VISTA - RR poderá ser certificada no Nível 1 do modelo de modernização, bem como poderá ser verificada a possibilidade de estruturação de um novo conjunto de ações a ser desenvolvido para atingimento do Nível 2.

6. Custos

As ações consignadas neste Plano de Trabalho serão financiadas com recursos do Programa Interlegis, excetuando-se:

- Contratação e manutenção de pessoal da CM;
- Despesas relativas a viagens de parlamentares e funcionários da CM (diárias e passagens);
- Contratação de serviços técnicos pela CM;
- Despesas relacionadas com ações de investimento e obras eventualmente necessárias ao desenvolvimento do PML na Câmara Municipal.

7. Disposição Geral

O presente Plano de Trabalho é parte integrante do Termo de Convênio celebrado entre o Interlegis e a Câmara Municipal de BOA VISTA - RR, que permitirá que os compromissos, ações, prazos e custos acordados viabilizem as condições para o recebimento de sistemas, aplicativos, assessorias e capacitações para a implantação do Projeto de Modernização Legislativa.



ANEXO II

RELAÇÃO DOS PROGRAMAS DESTINADOS À CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA - RR

ANEXO II – RELAÇÃO/DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS INTERLEGIS

1. PORTAL MODELO

O Portal Modelo é um produto gerenciador de conteúdo na internet, moldado em sua estrutura para o atendimento às inúmeras funcionalidades das Casas Legislativas e orientado para a publicação na web de informações relevantes sobre a sua atuação legislativa e administrativa, de interesse público. Além disso, possibilita a criação de diversos canais de comunicação com a sociedade, seja por meio da distribuição de boletins eletrônicos – diretamente aos cidadãos via e-mails, serviço de Ouvidoria, fale conosco e canais RSS (*Really Simple Syndication*) ou *Feeds*, que são agregadores de conteúdo como notícias e outros. Para tanto, o Portal Modelo faz uso de um conjunto de tecnologias que o viabilizam e dão suporte às facilidades de customização de interfaces de apresentação, de navegação e uso pelos gestores de conteúdo e usuários finais, que são os cidadãos em geral.

2. SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO (SAPL)

O Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) tem como finalidade apoiar as Casas Legislativas nas suas atividades relacionadas ao processo legislativo em geral, como: elaboração de proposições, protocolo e tramitação das matérias legislativas, organização das sessões plenárias, manutenção atualizada da base de leis, entre outras; também, mantém e disponibiliza consultas às informações sobre Mesa Diretora, Comissões, Parlamentares, Ordem do Dia, Sessão Plenária, Proposições, Matérias Legislativas e Normas Jurídicas. Assim, com a informatização, facilita as atividades dos parlamentares - internamente na Casa e, ao mesmo tempo, permite aos cidadãos acompanharem, via internet, todo o andamento dos Processos Legislativos e acesso à Legislação existente.

As proposições nele digitadas são armazenadas segundo o padrão XML (*Extensible Markup Language*); permite o envio e o registro de protocolo das proposições junto à administração legislativa gerando comprovante de entrega; Após deliberação, votação e encaminhamento para o executivo para sanção ou veto e publicação, a matéria retorna ao sistema, na forma de lei, onde passa a fazer parte da base de Leis Municipais. Aceita *upload* de Normas Jurídicas em qualquer um dos padrões: *pdf, odt, doc, txt, HTML, XML, e outros*. Pode ser integrado ao Portal Modelo, permitindo o acesso às suas funções e às informações que armazena, já que a sua interface se dá através de navegador *web* padrão.

SEPROT / DGERAD / SARQ
AUTUADO COM <u>10</u> 13
ASS: <u>Fau</u> FLS.
MATR.